

Dia 16 de Maio

CONFERÊNCIA: Minas e Energia no Plano Trienal

CONFERENCISTA: Dr. Juvenal Osório Gomes

COMPONENTES DA MESA

Dr. Amaro Lanari Jr.
Dr. Henrique Anawate
Dr. Miguel Carvalho Dias
Dr. João Baptista Anhaia de Almeida Prado
Dr. Heitor Façanha da Costa
Sr. Tetuya Inoue

Sr. Tetuya Inoue — Meus Srs., dando prosseguimento à XV Semana de Estudos dos Problemas Mínero-Metalúrgicos do Brasil, convocamos para a composição da Mesa: Dr. Miguel Carvalho Dias, Dr. João Baptista Anhaia de Almeida Prado, Dr. Heitor Façanha da Costa, do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, Dr. Amaro Lanari Jr., Prof. Henrique Anawate e Dr. Juvenal Osório Gomes.

Teremos como tema desta terceira noite, «Minas e Metalurgia no Plano Trienal», item de suma importância para o desenvolvimento econômico do País, mais diretamente ligado aos problemas de mineração e de metalurgia, pelos quais o Centro Moraes Rego vem batalhando desde sua criação.

A fim de expôr tal plano, falará seu próprio relator dentro do Plano Trienal, o Dr. Juvenal Osório Gomes, economista do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, diretor da carteira do Comércio Exterior do Brasil — CACEX.

Como orientador, temos a satisfação de contar com a presença do ilustre Prof. Henrique Anawate, catedrático da cadeira de Siderurgia da Escola de Engenharia de Pôrto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul, fundador dêste Centro Moraes Rego e a quem devemos a existência bastante feliz destas Semanas de Estudos.

Para dar início aos trabalhos desta noite, passaremos a palavra ao Dr. Amaro Lanari Jr., Presidente da USIMINAS, colaborador incansável do Centro, a quem devemos inúmeros sucessos e o alto prestígio alcançado pelas realizações da nossa entidade. (Palmas).

Assume a Presidência o Sr. Amaro Lanari Jr.

* * *

O Sr. Presidente — É com o máximo prazer e honra que assumo a Presidência desta terceira reunião da XV Semana de Estudos do Centro Moraes Rego. Sempre venho a estas reuniões com o mesmo espírito com que vim à primeira, quando criamos êste Centro, e, naquela ocasião, eu tinha o prazer de ter o Prof. Henrique Anawate como aluno.

Vamos ouvir a palavra do Dr. Juvenal Osório Gomes, economista de grande valor do BNDE e diretor da CACEX. Tenho certeza de que êle vai brindar-nos com uma palestra de grande valor, tal como o fêz no último Congresso da Associação Brasileira de Metais, em que nos deu uma lição sôbre financiamento da indústria siderúrgica. Hoje vamos ouvi-lo sôbre «Minas e Metalurgia no Plano Trienal».

Tem a palavra, portanto, o Dr. Juvenal Osório Gomes.

Dr. Juvenal Osório Gomes — Os Srs. imaginarão, certamente, quais as dificuldades que o planejador enfrenta no Brasil em virtude, primeiro, da deficiência de dados estatísticos a respeito das nossas atividades econômicas; segundo, em virtude da falta de aparelhamento dos órgãos governamentais encarregados de controlar ou fomentar a produção nos seus vários setores.

Foi dentro dessas deficiências que tivemos que fazer um esforço para elaborar algumas diretrizes de desenvolvimento no setor das minas e no setor da metalurgia, a fim de incorporar êsse programa no Plano Trienal.

Na parte de minas e de metalurgia, podemos dizer que o Plano Trienal apresenta apenas os problemas que estão pendentes, os problemas que deverão ser resolvidos no decorrer do triênio, e as linhas gerais da atenção do Govêrno não só na execução das obras diretas, a cargo do Govêrno, como também para incentivar a iniciativa privada a elaborar novos planos e a expandir a produção.

Na parte de minas, vou deixar de lado o capítulo de petróleo e de carvão, que pela sua magnitude e pelos problemas especiais que apresentam fazem jus a uma conferência especial, a um debate especial. Se fôssemos tratar aqui do programa do petróleo ou do programa do carvão, teríamos que tomar tôda a noite só com um dêsses assuntos.

Sabem os Srs. que com respeito ao carvão e ao petróleo o Govêrno tem programas especiais, que já estão em vigor há mais de um decênio, programas êsses que vem se desenvolvendo satisfatòriamente.

Na parte de mineração em geral e na de pesquisa mineral é que se notam as maiores deficiências da ação do Govêrno. O órgão governamental encarregada dêsse setor é o Departamento Nacional da Produção Mineral que, durante muitos anos, foi uma repartição pertencente ao Ministério da Agricultura. Portanto, os problemas de pesquisa, de contròle e do fomento da mineração, que normalmente deveria fazer jus a um ministério especial, constituia apenas um departamento dentro daquele Ministério, atarefado com outros problemas que não os de mineração. Em face disso, a atuação do Govêrno no setor da pesquisa, dos nossos recursos mineralógicos e no setor do fomento à mineração pròpriamente dita, foi das mais deficientes.

Hoje ainda pouco conhecemos do território nacional e da localização dos nossos recursos naturais mais demandados pelas indústrias.

Mais recentemente, tivemos a criação do Ministério das Minas e Energia, que deveria cuidar do assunto minas e do assunto energia, ambos deslocados do Ministério da Agricultura. Infelizmente, até o momento, ainda

não foi possível organizar completamente êsse Ministério novo, principalmente porque estamos aguardando uma reforma administrativa dos serviços públicos. Da maneira em que são operados os serviços direto do Governo, praticamente se torna impossível aos órgãos governamentais recrutar técnicos capazes de levar a cabo os programas elaborados. Os vencimentos dos funcionários públicos, especialmente os de nível técnico de alta qualificação, são, muitas vezes, muito inferiores, a metade ou um terço do que êsses técnicos recebem quando estão trabalhando para empresas privadas.

A máquina administrativa do governo sofreu, por isso um processo de deterioração nestes últimos anos e hoje as deficiências são enormes. Alguns setores ainda dispõem de técnicos capazes porque foram destacados do serviço público direto. É o caso da Petrobrás, que pode realizar um programa de treinamento, de formação de técnicos, pode recrutar os melhores elementos existentes, porque sendo uma empresa que não está sujeita às limitações do serviço público quanto a vencimentos, pode oferecer a êstes técnicos salários condizentes com sua capacidade.

Na parte de pesquisa mineral, o Plano Trienal não prevê metas específicas. Prevê, isso sim, a intensificação dos programas de pesquisa, para a localização daqueles minerais que apresentam maior essencialidade para o nosso desenvolvimento industrial.

Os minerais que hoje oneram o nosso balanço de pagamentos, que hoje são importados, deverão ser objeto de intensas pesquisas, para se tentar localizar jazidas no país, a fim de substituir, em futuro próximo, as importações que vimos fazendo.

A execução dêste programa de intensificação de pesquisa vai demandar, certamente, a reforma administrativa dos serviços do governo, reforma esta que está sendo estudada neste momento e sem a qual o governo não terá condições de contar com técnicos capazes para levar a cabo um programa de pesquisa amplo e sério.

O Plano Trienal, portanto, põe ênfase na pesquisa básica, na determinação dos recursos naturais do país, o que poderá trazer a descoberta de novos recursos naturais e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento industrial.

No passado, a pesquisa geológica, a pesquisa de recursos minerais, como a pesquisa em quase todos os setores, foi muito dificultada, porque em todos os planos de economia que o Ministro da Fazenda é obrigado a elaborar, a fim de tentar um simulacro de equilíbrio, no orçamento, em geral todos êstes planos cortam drásticamente as verbas de pesquisa. Isso porque, naturalmente, se interpreta que a pesquisa só dá resultado a longuíssimo prazo. Então, é preferível que se tente reequilibrar a economia, do que fazer investimentos cuja maturação é muito longa e só vai produzir seus frutos a longo prazo. Tudo isso quanto à pesquisa propriamente dita.

Quanto à mineração, temos um problema básico, um problema fundamental, que é o minério de ferro. Temos enormes jazidas já comprovadas e estamos no momento não de iniciar a exploração dessas jazidas, o que já vem sendo feito, mas de intensificar sua exploração, a fim de entrar no mercado internacional de minério de ferro.

Os mineradores particulares, especialmente a Cia. Vale do Rio Doce, já vem conseguindo resultados inteiramente satisfatórios neste setor e, muito em breve, o Brasil estará exportando perto de 10 milhões de toneladas de minério de ferro.

Os planos, entretanto, exigem um aumento, um acréscimo no volume de minério exportado, a fim de propiciar maior receita de divisas ao país. O Plano Trienal prevê a elaboração de programas específicos no que concerne à mineração, transporte e embarque de minério de ferro, a fim de que possamos, em prazo muito curto, alcançar a cifra de 20 milhões de toneladas de minério de ferro para exportação por ano.

A exportação de minério de ferro, conforme os senhores sabem, é feita

através da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no Vale do Rio Doce, sendo o embarque no pôrto de Vitória. O minério do Vale de Paraopeba, que desce pela Central do Brasil, e atualmente em grande quantidade por via rodoviária, para ser embarcado no pôrto do Rio de Janeiro.

Os planos que já estão em execução, no caso do Vale do Rio Doce, e em fase preliminar de elaboração no caso do Vale de Paraopeba, prevêm a exportação, através da Vitória-Minas, de cêrca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro e, através do pôrto do Rio de Janeiro, numa primeira etapa, de cêrca de 10 milhões de toneladas de minério. Com isso conseguiremos cêrca de 30 milhões de toneladas, o que corresponderia a perto de 300 milhões de dólares por ano, isto é, pouco menos da metade da receita que nos propicia o café.

O planejamento econômico tem que ter a flexibilidade necessária para comportar, na medida em que é executado, os necessários ajustes, mormente nas condições do Brasil, em que, dadas as deficiências de dados básicos, de dados fundamentais, as previsões que sôbre êstes dados são feitas têm que ser, necessariamente, deficientes.

No caso da metalurgia dos não ferrosos, em sua totalidade explorada por emprêsas privadas, no Brasil, foi difícil fazer uma programação rígida da expansão da capacidade de produção, pôsto que esta expansão vai depender do maior ou menor interêsse que as emprêsas que estão no ramo tiverem em expandir sua produção.

Quanto aos não ferrosos temos, como os senhores sabem, duas situações diferentes quanto ao cobre e ao zinco, sendo que o cobre é, por larga margem, o metal não ferroso que pesa, em maior proporção, nas nossas importações, isto é, é aquêle metal que temos maior urgência em encontrar fontes de suprimento no País. Infelizmente, a metalurgia do cobre ainda não pôde ser desenvolvida no País conforme seria satisfatório, em virtude da ausência, ou do desconhecimento de jazidas de minério de cobre no Brasil. As ocorrências que têm sido registradas são, via de regra, pobres, e não comportam uma mineração em larga escala, conforme está a exigir a necessidade de produção de cobre para abastecer o nosso mercado. O Govêrno prevê no Plano Trienal, por isso mesmo, uma intensificação da pesquisa de ocorrências de minério de cobre no País por parte do seu órgão especializado. Então, o problema do cobre é mais de descobrir o minério do que pròpriamente de erigir as instalações metalúrgicas.

No caso do zinco também, o qual não produzimos praticamente nada no momento, a sua metalurgia não se desenvolveu no Brasil devido às deficiências do minério, capazes de serem tratadas pelos processos convencionais.

Últimamente, existem alguns projetos que prevêm o tratamento de minérios silicatados de zinco. O resultado das experiências que estão sendo levadas a cabo nesse sentido talvez permitam ao Brasil rapidamente se suprir do metal zinco.

Outro metal não ferroso de grande importância, de grande consumo na indústria, é o alumínio. A metalurgia do alumínio se desenvolveu bastante rapidamente no Brasil nestes últimos anos, e hoje já produzimos cêrca de 20 mil toneladas anuais de metal. O mercado, entretanto, está a exigir muito mais do que isso. Teríamos necessidade, atualmente, de cêrca de 40 mil toneladas de alumínio por ano, e dentro de dois ou três anos essa necessidade deverá elevar-se para mais de 60 mil toneladas.

A metalurgia do alumínio no Brasil está inteiramente nas mãos da iniciativa privada, e o govêrno espera que essa iniciativa organize novos planos de expansão das unidades existentes, ou novas usinas para o tratamento de minério de alumínio, que temos em abundância. Poderemos aumentar êsse setor do alumínio e nos tornar, inclusive, exportadores, dadas as condições essencialmente favoráveis que temos para a produção dêsse metal.

Talvez seja no chumbo onde nós tenhamos feito maiores pesquisas nos últimos anos. De uma produção de menos de cinco mil toneladas, há três

ou quatro anos, hoje já marchamos para vinte mil toneladas anuais, porém ainda insuficientes para atender ao consumo interno.

É esse o quadro dos metais não ferrosos que apresentam maior importância, dado o volume do seu consumo anual, e que vêm pesando no nosso balanço de pagamento.

Finalmente, temos a siderurgia que deve, evidentemente, ser tratada como um capítulo à parte, visto que o consumo de aço na economia é tão mais elevado do que o consumo dos outros não ferrosos, sendo que a indústria de aço sòzinha é maior, tem uma importância muito maior, várias vezes maior do que a metalurgia de todos os metais não ferrosos.

O nosso parque siderúrgico encontra-se, em parte, nas mãos da iniciativa privada, em parte nas mãos do govêrno. Do total da produção nacional, que deverá ter atingido perto de três milhões de toneladas no ano passado, cêrca de pouco menos de 50% foi produzido nas usinas do govêrno, e o restante em usinas particulares, em geral de pequeno porte.

A indústria siderúrgica tem-se desenvolvido ràpidamente no Brasil. Basta dizer que há 7 anos, isto é, em 1955, a nossa produção era de cêrca de 1 milhão de toneladas, e já êste ano corrente deverá ultrapassar a casa dos 3 milhões de toneladas. Não obstante, o nosso consumo também aumenta ràpidamente, devido à intensidade do processo de industrialização do País. De modo que ainda temos uma deficiência de aço que tem que ser atendida através da importação. Além dessa deficiência atualmente existente, e que vai a mais de 500 mil toneladas por ano, temos que cuidar de expandir a capacidade de produção do nosso parque siderúrgico, para atender ao crescimento do consumo que ocorrerá necessàriamente, na medida em que o País se desenvolva, em que a economia se desenvolva. Êstima-se que, em 1965, o consumo de aço no País equivalerá a cêrca de 5 milhões de toneladas de lingotes, e que em 1970 — na siderurgia temos que planejar a longo prazo, dado o longo período que é tomado para a construção ou ampliação de uma usina siderúrgica — o consumo brasileiro já deverá andar pela ordem dos 9 milhões de toneladas.

Como margem de segurança, o Plano Trienal fixou, como objetivo para a programação das instalações siderúrgicas, alcançar 10 milhões de toneladas de capacidade nominal em 1970.

Evidentemente êstes planos exigirão investimentos vultosos, que a iniciativa privada brasileira não será capaz de atender, não porque os nossos homens de emprêsa não disponham de recursos suficientes para isso, mas porque os recursos de que dispõem têm que ser investidos em outros setores industriais, para propiciar o crescimento integrado do parque industrial. Enquanto na parte de não ferrosos o govêrno está contando que a iniciativa privada poderá dar conta do recado — e êle agirá simplesmente como catalizador, propiciando financiamentos ou outros estímulos necessários para que as emprêsas se disponham a ampliar suas usinas — na parte de aço o govêrno está consciente de que tem de pôr dinheiro grosso diretamente na indústria do aço. Não devem ignorar os senhores que a construção de uma usina siderúrgica exige investimentos vultosíssimos. Não se pode conceber uma usina de grande porte que não exija investimento menor do que 200 milhões de dólares. Ao câmbio vigente 200 milhões de dólares correspondem a 120 bilhões de cruzeiros. O volume de recursos é de tal ordem que só mesmo o govêrno poderá suprir.

Ê claro, entretanto, que nos projetos siderúrgicos menores, mais viáveis dadas as circunstâncias especiais, a iniciativa privada continuará prestando uma colaboração inestimável.

O Plano Trienal, na parte de siderurgia, procurou evitar o detalhamento dos projetos que serão executados; limitou-se a detalhar os projetos que já se encontram em fase de execução. Não se refere, o Plano Trienal, a novos projetos siderúrgicos. Primeiro porque constituirá boa política evitar o início de novos projetos siderúrgicos, visto que o investimento, por

tonelada de capacidade num projeto novo, numa usina nova, é bem mais elevado do que o investimento por tonelada de capacidade na ampliação de usinas existentes, especialmente quando essas usinas já foram, de início, projetadas para capacidades muito superiores à inicial. Por outro lado, o Plano Trienal procurou evitar qualquer menção a projeto novo a fim de afastar qualquer ressentimento por parte dos empresários que têm planos para execução, para construção de novas usinas.

Algumas novas usinas, especialmente de pequeno porte, poderão ser iniciadas no período, mas não tínhamos elementos, na época da elaboração do Plano, para indicar quais destas usinas, quais destes projetos poderiam ser levados a cabo e quais os que conviria desestimular. Os senhores verão então o Plano Trienal falando da Companhia Siderúrgica Nacional, Cosipa, Usiminas, Belgo-Mineira, Mannesman, Acesita, das usinas do Grupo Jafet, Usina Aliperti, Usina de Barra Mansa, e apenas destas especificamente. Além disto, inclui uma provisão para a produção de diversas outras usinas menores. É interessante notar que cada empresário, ou cada govêrno estadual que contempla instalar uma usina siderúrgica, sente-se de certa maneira frustrado quando vê a relação de usinas do Plano Trienal e não encontra o nome da sua. Isto não quer dizer que a usina contemplada não possa ser executada. Isto quer dizer, simplesmente, que o govêrno não quis tomar, de antemão, uma decisão sôbre a conveniência, ou não, de construir aquela usina.

Tenho a impressão de que abordei os principais aspectos da programação no setor de metalurgia e de minas, e que esta exposição rápida deverá ser complementada e enriquecida pelos debates que se seguirão, quando poderá ser atendida a curiosidade particular de cada um dos senhores e quando teremos a oportunidade de ouvir os depoimentos valiosos dos membros desta conferência, cada um dêles com uma experiência pessoal e particular a transmitir hoje. (**Palmas prolongadas**).

DEBATES

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Henrique Anawate, Orientador dos Debates.

O Sr. Orientador — Tivemos a oportunidade de ouvir a magnífica exposição do economista Dr. Juvenal Osório Gomes, e como êle mesmo disse, espera do auditório ocasião para aumentar as informações sôbre o problema da indústria metalúrgica e de minas no Plano Trienal. Ficou claro que nós vamos contar com a boa vontade dos presentes para tornar isso possível, porque parece que êle ainda tem muita coisa a dizer. É uma questão de conseguirmos estimulá-lo a trazer a público êsses informes. Naturalmente o assunto é muito amplo na parte de pesquisa de minas, indústria de não ferrosos, problemas da siderurgia. Podemos dividir os trabalhos seguindo a mesma orientação do Dr. Juvenal Osório Gomes, isto é, pesquisa, não ferrosos e siderurgia. Nestas condições recorro apenas que na sua exposição o Dr. Juvenal Osório Gomes mencionou que o Plano Trienal dispendeu uma atenção especial ao setor da pesquisa mineral.

Constatamos realmente, no opúsculo que foi distribuído, uma série de dotações para êste triênio, visando exatamente estimular a promoção dessas pesquisas. Naturalmente, com a presença aqui de representantes do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Instituto Geográfico e Geológico de S. Paulo e de outras instituições, tenho a impressão de que nesta primeira parte poderemos desenvolver alguma troca de idéias sôbre êsses problemas.

Poderíamos, por exemplo, consultar o nosso companheiro de Mesa, o Dr. Heitor Façanha da Costa sôbre os programas de pesquisa estudados no

Departamento da Produção Mineral, em correlação com as dotações orçamentárias do Plano Trienal. Esta é uma primeira idéia para iniciarmos os nossos debates nesse setor.

Tem a palavra o Dr. Heitor Façanha da Costa.

Dr. Heitor Façanha da Costa — O conferencista falou que uma das razões do atraso da pesquisa mineral no País era a permanência do Departamento da Produção Mineral como uma dependência, como um apêndice do Ministério da Agricultura.

Sou velho engenheiro dêsse Departamento, portanto, pertencço à velha guarda dessa instituição, e, atualmente, estamos vivendo, no Departamento, na mesma situação da velha guarda de Napoleão: estamos morrendo, mas não nos rendemos.

Vou explicar, não como representante do Departamento da Produção Mineral, porque não estou credenciado para isso, mas como engenheiro de minas e geologia, pertencente ao quadro do Departamento, o que foi a passagem dessa repartição do Ministério da Agricultura para o das Minas e Energia: (lê)

«O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil passou à categoria de Diretoria Geral da Produção Mineral, pelo Decreto n.º 23.016, de 28/7/33, publicado no «Diário Oficial» de 1/8/33, quando foi Ministro da Agricultura o atual Marechal Juarez Távora, e, segundo o grande geólogo Euzébio de Oliveira, tal reforma «obedeceu ao critério da uniformização e padronagem das repartições do Ministério, com a sua nova organização pautada pela centralização militar».

Achamos que o então Ministro Juarez Távora agiu mui acertadamente quando norteou a reforma dentro dêste princípio básico, pois sòmente assim poderia a Diretoria Geral da Produção Mineral crescer sem limitações, trabalhando em têrmos de Brasil sem perda de coordenação e disciplina necessárias à manutenção de um serviço dessa natureza. Tal como aconteceu com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (Geological Survey), foi criado pelo Congresso, a 3 de março de 1870, que lhe impôs o dever de classificar as terras públicas e examinar a estrutura geológica e recursos minerais do domínio nacional.

A organização atual do Serviço Geológico Americano é o resultado da evolução. Basta dizer que o Major Powell, segundo diretor do «Geological Survey», verificou que o maior uso das terras áridas e semi-áridas envolvia o maior uso de suas reservas de água, de sorte que em 1888 a investigação dos recursos de água do país se tornou uma função integral do serviço geológico.

Acreditamos que levando em consideração os ensinamentos acima referidos, o Departamento Nacional da Produção Mineral D.N.P.M., do Ministério da Agricultura, foi instituído pelo Decreto n.º 23.979, de 8 de março de 1934, e reorganizado pelo Decreto-lei n.º 982, de 23 de dezembro de 1938, diretamente subordinado ao ministro do Estado, e tendo como objetivos principais o fomento da produção mineral do País, o estudo da geologia do território nacional e o aproveitamento de águas superficiais ou subterrâneas para fins de produção de energia, de irrigação e navegabilidade.

O D.N.P.M. compreende: Divisão de Fomento da Produção Mineral (D.F.P.M.), Divisão de Geologia e Mineralogia (D.G.M.), Divisão de Águas (D.A.), Laboratório da Produção Mineral (L.P.M.), Secção de Administração (S. A.) e Biblioteca (B.).

Vê-se, portanto, que a organização do D.N.P.M. nos moldes anteriores não foi uma aventura, mas um fato bem estudado e baseado na experiência de nações adiantadas e que usam com sucesso tal sistema. O Decreto n.º 6.402, de 28 de outubro de 1940, que aprova o regimento do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, diz no seu artigo 6.º: «Os órgãos que integram o D.N.P.M. funcionarão per-

feitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor Geral.

Evidentemente, tal artigo teve sua aplicação eficiente durante o período da última guerra mundial, em virtude da cooperação americana e da imperiosa necessidade de exploração dos recursos minerais. O D.N.P.M. teve o seu período áureo e foi grande o trabalho executado com real significação para o País. Tal surto foi o responsável pela instalação da indústria mineira no País, que daí para cá tem progredido constantemente apesar da estagnação do D.N.P.M..

As causas da decadência do D.N.P.M. podem ser resumidas nos seguintes itens: a) comodismo das direções e falta de espírito público elevado; b) falta de atuação política das direções nos problemas eminentemente técnicos de caráter altamente político; c) falta de unidade de pontos de vista técnicos, decorrente da não discussão democrática dos problemas e, portanto, de planejamentos. Tudo o mais que puder ser atribuído como causa da decadência do D.N.P.M. são conseqüências dos fatos acima enumerados.

A criação do Ministério das Minas e Energia pela lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960, foi um fato que teve o aplauso não só dos mineradores, como do povo brasileiro. Era de se esperar que com a passagem do D.N.P.M. para o Ministério das Minas e Energia seria detida a avalanche que tendia a destruir o D.N.P.M., ponto de base e sustentáculo da mineração no País. Já são passados mais de dois anos e, para nossa surpresa, vemos que a avalanche destruidora continua a aumentar de velocidade, e se providências urgentes não forem tomadas, não temos dúvida de que o objetivo será atingido, com conseqüências imprevisíveis para a nossa parca economia mineral.

O primeiro Ministro das Minas e Energia nomeado, Sr. João Agripino, em vez de tratar da organização do Ministério, tendo como ponto base o D.N.P.M., foi cuidar principalmente da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, companhias organizadas e que estavam e estão funcionando normalmente, apenas sem a fiscalização do D.N.P.M.. Quando o Sr. João Agripino pensou no D.N.P.M., já não era mais o Ministro. Como lembrança de sua passagem pelo Ministério, ficou o Decreto n.º 50.390, de 29 de março de 1960, que dispõe sobre o funcionamento do Ministério das Minas e Energia.

Esse Decreto, no seu artigo 1.º diz: «O Ministério das Minas e Energia funcionará até que a lei disponha sobre a sua organização definitiva, com a estrutura que lhe foi dada na lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960, integrado pelos seguintes órgãos:

1) Gabinete do Ministro; 2) Departamento Nacional da Produção Mineral; 3) Conselho Nacional do Petróleo; 4) Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; 5) Conselho Nacional de Minas e Metalurgia; 6) Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos.

Parágrafo único — Ficam sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia, as seguintes entidades:

1) Companhia Vale do Rio Doce S/A; 2) Companhia Hidrelétrica do São Francisco; 3) Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás; 4) Comissão Nacional de Energia Nuclear; 5) Comissão do Plano do Carvão Nacional; 6) Outras sociedades de economia mista da União, que tenham por objetivo: a) produção e/ou distribuição de energia; b) produção e/ou comércio de minérios».

O artigo 2.º diz: «O Ministro de Estado será assistido por um Gabinete (G.M.) e por um setor de Planejamento, Coordenação, Contrôlo e Fiscalização (S.P.C.C.F.), criado na forma do artigo 3.º, item VII do Decreto n.º 49.918, de 6 de setembro de 1960, que diz: «Artigo 3.º: A cada Comissão incumbe: «Item VII: supervisionar os trabalhos tendentes à organização, instalação e funcionamento do respectivo Ministério, orientado, para

êsse fim, as atividades e iniciativas já existentes ou constituindo grupos de trabalho para a realização de tarefas específicas».

É evidente que o objetivo do artigo 2.º do Decreto n.º 50.390 e do artigo 3.º, item VII do Decreto n.º 49.918, de 6 de setembro de 1960 era a organização do Ministério com a coordenação dos serviços já existentes em torno do Ministro de Estado, criando-se o estritamente necessário e que não existisse nos órgãos constantes do M.M.E..

Evidentemente, não era êsse o objetivo do Ministro João Agripino e seus assessôres, pois o artigo 4.º do Decreto n.º 50.390 diz:

O S.P.C.C.F., diretamente subordinado ao Ministro de Estado, será integrado por especialistas e técnicos, da livre escolha do Ministro, entre os servidores requisitados e os pertencentes aos órgãos subordinados ao Ministério ou sob sua jurisdição.

§ 1.º — Ao S.P.C.C.F., além de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro, incumbe:

- a) — propor as diretrizes gerais da política das Minas e Energia;
- b) — propor ao Ministro de Estado a adoção de programas de trabalho, de acôrdo com as diretrizes estabelecidas, com indicações das suas etapas, do custo das obras e de sua distribuição pelos exercícios financeiros para execução pelos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição;
- c) — opinar sôbre programas de trabalhos elaborados pelos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição, exceto aos do Gabinete do Ministro;
- d) — acompanhar a execução dos programas dos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição, propondo ao Ministro de Estado, quando conveniente, sua reformulação;
- e) — opinar sôbre os relatórios dos trabalhos executados pelos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição, para avaliação de resultados;
- f) — estudar o emprêgo de energia qualquer que seja sua forma e sua transformação;
- g) — estudar o aproveitamento e o emprêgo dos minerais existentes no país;
- h) — atualizar o Plano Federal de Eletrificação;
- i) — assistir à Divisão de Águas no tombamento e na fiscalização das emprêsas de eletricidade;
- j) — acompanhar as atividades dos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição, propondo ao Ministro de Estado as correções necessárias;
- l) — fiscalizar o exato cumprimento das leis, dos regulamentos em vigor e das instruções dos processos em curso, informando ao Ministro de Estado as ocorrências observadas;
- m) — proceder correção especial ou periódica nos órgãos do Ministério ou naqueles sob sua jurisdição, na forma de instruções do Ministro de Estado;
- n) — opinar sôbre assuntos ligados ao Ministério das Minas e Energia, quando solicitado pelo Ministro de Estado.

O art. 4.º, e seu parágrafo 1.º e as alíneas **a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n**, mostram claramente que o S.P.C.C.F., sendo diretamente subordinado ao Ministro de Estado e integrado por especialistas e técnicos, **de livre escolha** do Ministro, entre os servidores **requisitados e os pertencentes aos órgãos subordinados ao Ministério**, é automaticamente constituído por ele-

mentos ligados por laços de amizade ao Ministro, não representando o alto padrão técnico exigido na constituição de um órgão como o S.P.C.C.F. do art. 4.º, que é, na realidade, um super departamento, encarregado de controlar, fiscalizar, projetar, opinar, estudar tôdas as funções e objetivos dos órgãos do M.M.E. Como será possível conciliar tal coisa, na maneira como está prevista? A simples mudança do Ministro alterará radicalmente todos os planos, política e métodos seguidos, pois o Ministro não é obrigado a manter os mesmos membros no S.P.C.C.F. Além dêste grande inconveniente, o art. 4.º fere frontalmente um princípio básico, que deve nortear a organização de um Ministério como o de Minas e Energia, onde estão englobados departamentos altamente técnicos, como por exemplo o D.N.P.M., cujos cargos devem ser ocupados por profissionais de carreira e em cujos quadros devem ser recrutados os seus dirigentes; para evitar que aproveitadores e aventureiros destruam patrimônio técnico-científico acumulado por gerações.

O resultado do que acabamos de afirmar pode ser perfeitamente compreendido com a observação do quadro I — nêle vemos claramente que o D.N.P.M., cujo espêlho é a D.F.P.M. no tempo em que era do Ministério da Agricultura, subordinado diretamente ao Ministro de Estado, sem interferência da S.P.C.C.F., tendo os diretores recrutados nos seus quadros, funcionava a contento, pelo menos cumpria as suas finalidades.

Decretos de pesquisa e lavra saíam normalmente, portanto havia o fomento da mineração no país. Ao passo que com a entrada do D.N.P.M. para o M.M.E., a única coisa que progrediu verticalmente foram as verbas e os favores, as verbas passaram de 84,6 milhões para 372,3 milhões. Os decretos de pesquisa e lavra atingiram valores críticos nas pesquisas o baixo valor positivo de 4 e nas lavras o valor negativo de menos nove, isto é, foram fechadas nove jazidas em lavra. Tal coisa mostra o fim próximo do D.N.P.M. e prova ser errada a sistemática seguida pelos Ministros de Minas e Energia que já passaram pelo Ministério, isto é, João Aprigino, iniciador da obra e responsável pela administração, mantida pelo Ministro Gabriel Passos e João Mangabeira, seguidores de João Agripino, e Eliezer Batista da Silva, atual Ministro, que apenas mudou o Diretor Geral Sílvio Barbosa por Fernando Lacourt. Ambos estranhos ao D.N.P.M. e, portanto, fora do princípio básico, que os diretores devem pertencer aos quadros do D.N.P.M. conforme o espírito do art. 6 do Decreto 6.402, de 28/10/1940.

O Art. 11 do Decreto 50.390, de 29/3/61, diz: «Enquanto não forem criados os distritos administrativos do M.M.E., os atuais distritos das divisões e do Laboratório do Departamento Nacional da Produção Mineral serão reorganizados e unificados, passando a constituir setores regionais da administração (S.R.A.), subordinados ao Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ Único — O ministro de Estado estabelecerá em portaria as atribuições, sedes e jurisdições dos S.R.A.

Art. 12 — Poderão integrar os S.R.A. servidores pertencentes aos órgãos do Ministério ou sob sua jurisdição, especialistas e técnicos cedidos pelos Estados compreendidos na região e professôres de universidades e escolas federais;

§ 1.º — Os serviços prestados pelos membros do S.R.A. que não sejam servidores requisitados ou pertencentes aos órgãos do Ministério ou entidades sob sua jurisdição, são considerados de caráter relevante e não remunerados;

§ 2.º — O S.R.A. será dirigido por servidor público ou especialista de livre escolha do Ministro.

A aplicação dos arts. 11 e 12 e seus respectivos parágrafos liquidará a

atuação dos distritos do D.N.P.M. instalados dentro das normas previstas no Decreto 6.402, de 28/10/1940 e que funcionaram cumprindo dentro das possibilidades as suas finalidades.

No art. 11 há uma subversão total de autoridade, pois a subordinação do S.R.A. à Diretoria Geral anula a ação dos diretores de divisão, e sendo os S.R.A. órgãos executivos das divisões, como podem receber ordens dos respectivos diretores sendo subordinados à direção geral. É uma perfeita inversão de hierarquia funcional, feita de propósito para transformar os diretores de divisão do D.N.P.M. em meros distribuidores de verbas para serem desbaratadas, sem possibilidade de controle pelos referidos diretores.

O § 1.º do art. 12 introduz o filantropismo no serviço público federal. É básico que todo serviço prestado tem que ser remunerado, para que haja responsabilidade funcional.

Sendo os S.R.A. órgãos executivos onde serão manuseadas grandes verbas e informações preciosas, é claro que os serviços «relevantes» prestados de acordo com o § 1.º terão a remuneração daquele fiscal de feita que pagava para ser fiscal.

O § 2.º do art. 12 abre as portas de um órgão executivo do tipo dos S.R.A. que deve trabalhar dentro de normas rígidas e alto padrão técnico a «especialista» desde que seja amigo do Ministro, em vez de ser um técnico de carreira pertencente aos quadros do D.N.P.M. É evidente que a aplicação do disposto no § 2.º levará à falência e a total inoperância os S.R.A., transformando-os em meros escritórios eleitorais do Ministro das Minas e Energia. Parece que foi este o pensamento do Ministro João Agripino e de seus assessôres, tudo indicando serem principiantes dos assuntos de mineração criado unicamente por um egoísmo desmedido e pensando unicamente em subir à custa do sacrifício do Brasil.

Era isso, meus amigos, o que eu tinha a dizer sobre a passagem do Departamento, do Ministério da Agricultura para o Ministério de Minas. Têm mais coisas, mas é bom ficar por aqui.

O Sr. Orientador — Pelo que depreendemos, vai haver muita dificuldade para o Depart. Nac. da Prod. Mineral acompanhar a previsão dos trabalhos pelo Plano Trienal. O Plano Trienal previu verbas interessantes para essas pesquisas, mas, pelo que acabamos de ouvir do Dr. Façanha, está tão desorganizado o Departamento nessa modificação, nessa estrutura, que nos deixa um pouco perplexos. Aliás, não é de estranhar, para quem conhece o assunto. Parece que o mal é geral, inclusive para os Departamentos da Produção Mineral dos Estados. Parece-me que o de São Paulo está assim, e o do Sul também está assim. De modo que peço do Dr. Juvenal sua opinião sobre essa dificuldade de execução dessas previsões do Plano Trienal pelos Departamentos competentes.

Dr. Juvenal Osório Gomes — A execução da maioria dos capítulos do Plano Trienal dependerá, sem dúvida, do funcionamento eficiente dos departamentos competentes do governo. Tenho a impressão de que o Ministério de Minas e Energia de fato ainda não está organizado suficientemente para a execução cabal das suas atribuições, e devo dizer aos senhores também que estou aguardando otimisticamente a reforma administrativa que está sendo elaborada, e tenho esperança de que essa reforma venha a resolver esse problema na maioria dos órgãos da administração pública.

Além desses esclarecimentos, eu queria fazer umas observações à margem dos esclarecimentos prestados aqui pelo Dr. Façanha. Quando eu disse que uma das causas da inoperância do Departamento da Produção Mineral era o fato de estar subordinado ao Ministério da Agricultura, não quis dizer que é quanto ao fato em si, mas ao fato de o governo não dar importância suficiente a um Departamento que deveria ter categoria ministerial. No entanto, era mero departamento subordinado a um ministro cuja preocupação era inteiramente outra. Se o Departamento da Produção Mineral tornou-se menos eficiente ainda depois que passou para o Ministério das Minas

e Energia, isto é outro problema. Não conheço o funcionamento do Departamento, nem quando funcionava no Ministério da Agricultura, nem depois de ter sido transferido para o Ministério das Minas e Energia. Não posso, entretanto, deixar de lavar meu protesto aqui contra a acusação de interesse personalista que o nosso colega lança sobre os ministros que têm ocupado a pasta de Minas e Energia. O Min. João Agripino é homem sobre o qual não se pode lançar uma acusação dessas, homem cuja probidade está comprovada de larga data, e cujo patriotismo é digno de inveja por nossa parte.

Outra preocupação do Dr. Façanha diz respeito à diminuição dos decretos de lavra expedidos pelo Departamento ou pelo Ministério. Tenho a impressão de que a diminuição da expedição de decretos não deve ser, à primeira vista, sem uma análise mais profunda, ser olhada como uma prova de ineficiência do Departamento. Ao contrário, pode até significar maior eficiência do Departamento, no sentido de que não estaria expedindo decretos de lavras a torto e a direito, sem maiores verificações das possibilidades do beneficiário em realmente realizar a pesquisa e a lavra. Pode acontecer que o departamento esteja mais cuidadoso no sentido de evitar o monopólio das poucas jazidas minerais que temos por grupos nacionais ou estrangeiros que se interessem, não pela exploração imediata das jazidas, mas pela sua conservação, para exploração num futuro longínquo.

Por outro lado, entendo que a expedição de decretos de lavra deve ser uma das funções acessórias do Departamento. A função essencial dêle deve ser a própria pesquisa.

Paralelamente a esta observação, eu queria chamar a atenção para o fato de que o Departamento Nacional da Produção Mineral, por insuficiência de técnicos, e por insuficiência de verbas, durante muitos anos socorreu-se da ajuda estrangeira para realização das suas pesquisas mediante acôrdo. Com isso, o Departamento conseguiu de fato realizar muitas pesquisas. Mas, do ponto de vista do interesse nacional, pergunto-me sempre se devemos aceitar a colaboração estrangeira para êsse tipo de trabalho. O que ocorreu várias vezes foi que os resultados das pesquisas realizadas eram conhecidos no exterior muito antes do público brasileiro e dos empresários brasileiros dêles tomarem conhecimento.

Eram estas as observações que eu queria fazer, à margem da exposição do nosso colega.

Dr. Heitor Façanha da Costa — O Sr. Conferencista não interpretou bem o meu pensamento a respeito do Min. João Agripino. Não ponho em dúvida a probidade do Min. João Agripino. Não tenho elementos para isso. Apenas meu pensamento aqui foi exposto no tocante aos conhecimentos de mineração do Min. João Agripino. S. Exa., acredito eu, é principiante em mineração. Portanto, deve ter feito essas coisas erradamente, não por idéia própria, mas expressando o pensamento dos seus assessôres. Uma questão dessas tem que ser debatida. O Ministério de Minas e Energia é um Ministério básico, é um Ministério importantíssimo, é o sustentáculo de uma nação grande como o Brasil. Não é possível que o Ministério de Minas fique confinado a determinado grupo, seja propriedade de determinado grupo. O Ministério de Minas é propriedade do Brasil, portanto, temos que receber sugestões de todos os brasileiros. Temos que receber, inclusive — e o conferencista de ontem aqui expôs êste pensamento — a colaboração estrangeira. Se não temos aqui técnicos com determinados conhecimentos, a cooperação estrangeira é necessária. Países como a Rússia vão buscar cooperação estrangeira. Os russos, nas vezes em que precisam de cooperação técnica, vão buscar os americanos para darem essa cooperação em problemas de magna importância. Os americanos usam a cooperação técnica de todos os países do mundo. A técnica, a ciência não é privilégio de determinado grupo, é privilégio da humanidade. Portanto, se um técnico é de alto nível, êle deixa de pertencer a determinado grupo, passa a ser proprie-

dade da humanidade e poderá ser utilizado e lançado em qualquer momento, em qualquer lugar. Os americanos ganharam a guerra passada com a cooperação de técnicos, de especialistas do mundo inteiro. O Ministério de Minas não pode ser uma esfera fechada. Não é um reator atômico o Ministério, e portanto não pode prescindir da cooperação técnica. Precisamos dela. O de que não podemos abrir mão é do controle. O controle tem que ser nosso, mas a cooperação pode ser de técnicos de todos os países do mundo. O controle é que não podemos ceder a ninguém. Isso é que é básico.

Pelo que li, o objetivo do Plano Trienal é deter a inflação, é um plano anti-inflacionário. Pois no setor da mineração eu acho que o Plano Trienal é inflacionário.

Sr. João Baptista de Almeida Prado — Não apoiado.

Dr. Heitor Façanha — Eu vou expor o meu pensamento, por que digo que êle é inflacionário, e depois quero que o prezado amigo dê a sua opinião. Pode ser que eu esteja errado, e se assim fôr, êste é o momento de aprender e entrar no caminho certo.

No Plano Trienal há um investimento grande destinado à pesquisa de substâncias básicas, quer dizer, dos não ferrosos, cobre, chumbo, zinco, estanho. Mas êsse investimento maciço na pesquisa dêsses minerais não tem a mínima garantia de voltar a curto prazo. Nós não sabemos onde andam as jazidas, não temos as indicações seguras, não descobrimos as leis gerais de ocorrência dessas jazidas. A Petrobrás gastou 300 milhões de dólares na Bacia Amazônica, e ainda não achou o petróleo da Bacia Amazônica. Ninguém pode garantir isso. Os que fizeram o Plano Trienal não podem esquecer que pesquisa é uma coisa da qual ninguém pode garantir o sucesso, se é hoje ou amanhã. O Estado Maior Alemão impôs, condicionou o fornecimento dos recursos para a fabricação da bomba atômica a determinado prazo, exigiu que os cientistas, os físicos alemães dessem a bomba em prazo certo. Os cientistas não aceitaram porque não podiam garantir. Como se pode garantir, no Plano Trienal, que o investimento maciço possa permitir a descoberta dessas jazidas no prazo previsto? Temos jazidas de ferro e jazidas de manganês localizadas em diversos Estados da Federação. Mas eu não vi nenhum investimento, no Plano Trienal, no sentido de estudar com precisão essas jazidas que podem servir de base para se exportar êsses materiais. Nós podemos exportar minério de ferro até do Ceará, de Alagoas, da Bahia, de Santa Catarina, do Paraná ou do Amazonas, desde que exista conhecimento preciso destas jazidas. Sabemos que elas existem e onde estão. Se estudássemos êsses materiais, os investimentos neles feitos poderiam retornar a curto prazo. As jazidas de manganês que temos podem fornecer divisas. Podemos exportar êsse minério de manganês porque conhecemos as suas jazidas. Eu não sou contra êsse investimento maciço do Plano Trienal. Mas acho que deveria haver nêle uma previsão paralela a essa, para investimentos que tivessem a garantia de retornar a curto prazo. É êsse o meu pensamento .

O Sr. Orientador — O Dr. Almeida Prado desejava contestar?

Dr. João Baptista de Almeida Prado — Queria apenas chamar a atenção para o conceito do que seja inflação em pesquisa mineral. A pesquisa mineral não é, necessariamente, um jôgo e a inflação está muito mais no emprêgo de qualquer espécie de verba do que em selecionar essas verbas dentro de um país com uma economia diversificada como a brasileira, em que não podemos deixar de atender um para atender a outro. Inflação seria um jôgo político organizado para o emprêgo de determinada verba. Mas uma planificação que se esboça, como a do Plano Trienal, em que as verbas — perdoe-me o ilustre antecessor — são minguadas, as verbas são parcas e a pesquisa do território nacional demandaria de verbas muito maiores para estar dentro da relatividade de verbas de pesquisa, quais as empregadas em outros países. Estamos com um Plano Trienal ainda incipiente e não pode-

mos ver, em que pesem os bons argumentos expedidos pelo meu antecessor, não podemos ver como essas minguadas verbas, que planejam o futuro sólido, não do plantador de couve, mas do plantador de carvalho, não podemos ver como essas verbas possam constituir falha do Plano no que diz respeito à sua natureza de plano anti-inflacionário. Era, em resumo, o que queria dizer ao meu ilustre antecessor.

O Sr. Orientador — Muito obrigado. Então vamos levar o debate para a área de outros departamentos. Por exemplo, os engenheiros do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, quem sabe se teriam algum comentário sobre o ponto que está sendo focalizado, da conveniência das pesquisas no Plano Trienal,

Dr. Nicolino Viola — Gostaria de fazer uma pergunta ao ilustre conferencista, sobre um ponto que êle abordou muito bem, com referência aos salários dos técnicos. De fato, dêsse mal sofre todo o serviço público. Independentemente disso, para o bom êxito dêsse programa de descoberta de novas jazidas, para movimentar essa máquina técnico-administrativa que todos conhecemos, é preciso pensar melhor nesses abnegados técnicos que lutam com tôdas as dificuldades para movimentar essa verba que acho minguada. Acredito que há necessidade de outras providências quanto à maneira de se gastar essa verba, de ser ela aplicada, enfim, de funcionar êsse Plano.

Acredito, como o ilustre conferencista, que no próprio Plano Trienal vamos chegar a um ponto em que essas verbas ficarão intactas. Temos pela frente dois anos; daqui há pouco, estaremos com um ano, e como temos um território grande, desconhecido, e supomos bastante rico, acredito que a nova regulamentação dê aplicação, uma ação mais imediata a essas verbas, contratando, admitindo técnicos, em cooperação com americanos ou estrangeiros de modo geral, se se pretende conseguir um resultado imediato.

Infelizmente, quase sempre chegamos ao fim do ano com as verbas intactas, amarradas aos processos. Tem-se verba para combustíveis, frota para transporte, mas existem essas dificuldades burocráticas que, segundo acho, são o que emperram a nossa máquina administrativa.

Entendo, pois, que o Plano Trienal, paralelamente a êsses salários que devem ser pagos aos técnicos, deveria ter também uma legislação que facilitasse a aplicação dessas verbas, porquanto, sem essas facilidades, não é possível a um técnico locomover-se, trabalhar, admitir pessoal, enfim empregar devidamente essa verba, o que é difícil dentro da regulamentação atual. Esta a consideração que tinha a fazer sobre o assunto.

Quanto à alegação do Prof. Henrique Anawate com referência à situação do Estado, quer dizer, pagando êstes salários menores do que as indústrias, haverá sempre falta de bons técnicos, e quase sempre o técnico pode dispor dessas verbas no fim do ano, quando a 31 de dezembro, ocasião em que elas caem em exercício findo, e se perdem.

Eram estas as considerações de ordem geral que tinha a fazer sobre o assunto.

O Sr. Orientador — Parece-me que êsse problema não terá fim tão cedo. Desde que me conheço como estudante, já era assim.

O perigo que corremos, pelo que acabamos de ouvir, são essas verbas se tornarem congeladas com êsse programa de economia do Govêrno. Aí então é que não se irá pesquisar nada. Minha opinião permitam-me que a dê — é a seguinte: sou partidário de que é necessário mesmo um departamento de pesquisas para chegarmos a um ponto de sabermos o que temos, para podermos utilizá-lo posteriormente. Êste é um problema de investimento, com resultados a longo prazo, um problema de investimento do Plano Trienal, creio eu, porque não o estudei completamente.

No caso, não sou tão pessimista assim quanto o nosso colega.

Dr. Heitor Façanha da Costa — Acho que no setor mineral, não só o Brasil, como qualquer país que queira avançar na senda do progresso, tem que seguir o seguinte caminho: investir o maior número possível de recursos no setor mineral, com dois objetivos: primeiro, descobrir jazidas de matérias primas necessárias à exportação maciça, para que tenhamos divisas em moedas de outros países para comprarmos outros bens minerais que porventura não tenhamos no nosso território, e uma outra parcela de investimentos para pesquisar no território nacional as matérias primas de que carecemos e que não possuímos, que importamos. Se descobrirmos uma jazida de estanho, de cassiterita, estaremos economizando divisas.

O Brasil gasta uma fortuna importando até bauxita. Importamos alumínio, cobre, chumbo, zinco. A parcela de cobre é imensa. Temos que descobrir em nosso solo jazidas dêsse metal, de chumbo, de zinco, suficientes para o nosso abastecimento. Precisamos descobrir jazidas de enxofre. Não sei se no Plano Trienal há previsão para pesquisa de enxofre, que é matéria básica para nós. Sem enxofre não teremos açúcar, pois nossas usinas não funcionam; nossas fábricas de tecido também; não poderemos fazer pólvora nem sequer projéteis para o Exército.

O Sr. Orientador — Está prevista uma verba para o enxofre.

Dr. Heitor Façanha da Costa — Precisamos também estudar jazidas tanto de ferro como de manganês, substâncias minerais para exportação.

O Sr. Orientador — Isso já seria o desenvolvimento de jazidas conhecidas, com o objetivo de exportação.

Dr. Heitor Façanha da Costa — Acho que o duplo objetivo deve ser este: matérias primas que temos suficientes para o nosso abastecimento e para podermos exportar. Então temos que investir dinheiro nisso também, porque esse investimento vai nos fornecer divisas. Quer dizer, é anti-inflacionário. Eu acho. Se aumentamos a exportação, estamos combatendo a inflação. Este deve ser o objetivo do Plano Trienal.

Dr. Nicolino Viola — De acôrdo com a sua tese, deveríamos então ser sempre um país exportador de matérias primas, ou deveríamos tratar da industrialização e da exportação dos produtos industrializados?

Dr. Heitor Façanha da Costa — Foi bom que o Sr. levantasse essa dúvida. Vamos esclarecer. Sabemos que os países altamente industrializados e que necessitam de matérias-primas, por exemplo o Japão e os Estados Unidos, fazem aço suficiente para si e para exportar. Evidentemente, não podemos pensar que vamos exportar aço para os Estados Unidos, porque eles também não nos vão comprar isso, mas necessitam comprar matéria prima para o abastecimento da sua siderurgia. Refiro-me ao abastecimento dêsses países, porque é uma questão puramente comercial, eles só vão comprar o necessário ao abastecimento de suas indústrias já montadas.

Sr. Luciano Barbosa — Sou aluno da Escola de Metalurgia de Volta Redonda. Eu queria, primeiramente, trazer um esclarecimento ao ilustre conferencista no que se refere ao zinco, quando exatamente êle trata dos minérios silicatados. Quero dizer, experiências no tratamento do minério silicatado de zinco. Parece-me que não é mais um tratamento de experiência, mas é a realidade.

O Sr. Orientador — Talvez seja assunto para a segunda parte dos nossos trabalhos. Temos que fazer referências às pesquisas.

Sr. Luciano Barbosa — Com relação à pesquisa do cobre, parece-me que existe jazida cubada de cobre, na Bahia e no Ceará inclusive.

A pergunta que faria sôbre pesquisa de cobre é a seguinte: seria mais

interessante a exploração dessas jazidas, ou fazer novas pesquisas de minério de cobre, no Plano Trienal?

Dr. Juvenal Osorio Gomes — Temos ocorrências de cobre em vários pontos do território nacional e, de imediato, o que se prevê é a avaliação econômica dessas ocorrências e até que ponto podem ser exploradas economicamente. Há ocorrências na Bahia e também as há em Pedra Verde, no Ceará.

Esta ocorrência de Pedra Verde é conhecida há muito tempo, mas nunca houve uma pesquisa séria, profunda, para avaliar a importância econômica da jazida e a possibilidade de sua exploração. Só recentemente, e dada nossa operosidade neste setor, um grupo americano está fazendo uma pesquisa completa, uma avaliação completa da ocorrência de Pedra Verde.

Dr. Miguel de Carvalho Dias — Queria discordar da restrição feita pelo conferencista à cooperação de técnicos estrangeiros, no estudo e na pesquisa do campo mineiro, no país.

Tivemos exemplos de homens admiráveis, que prestaram colaboração magnífica, como certamente não poderia ser prestada por brasileiros de então, dada a notória falta de quadro de especialistas.

Poderia reportar-me, na época mais primitiva, ao Dr. André Regnell, Eugen Hussack, John Casper Branner, Spix e Martius, Barão de Eschewege, destacando-se Gorceix, que foi o fundador da Escola de Minas de Ouro Preto. Foram homens que marcaram época em nosso país e, sem dúvida alguma, prestaram serviços ao Brasil.

Ainda recentemente, tivemos o exemplo admirável do Diretor do Serviço Geológico do Brasil, Orville Derby, que se suicidou em sua mesa de trabalho, por ver negadas pelo Ministro da Agricultura de então, as verbas que pleiteara para fazer um serviço satisfatório de pesquisa.

Recentemente, também, tivemos John Van Norstrand Dorr II, que fez um trabalho de levantamento objetivo das nossas reservas do quadrilátero ferrífero, e William Johnston, Diretor da Seção Estrangeira do Bureau Americano, que durante muitos anos permaneceu em nosso país e prestou admiráveis serviços no exato dimensionamento das nossas reservas minerais.

Acredito que neste assunto é preciso, sem dúvida, cuidado na seleção dos homens, mas tivemos tão magníficos exemplos de cooperação de homens eminentes que acredito podermos, com mesmo critério, aplicar homens dêsse mesmo calibre.

Dr. Juvenal Osorio Gomes — Agradeço a oportunidade que se me oferece para esclarecer um mal entendido que constato ter ocorrido, com relação à referência que fiz à colaboração estrangeira na pesquisa mineralógica.

Não quis dar a entender, em absoluto, que o meu ponto de vista é de que não devemos valer-nos da colaboração de técnicos e especialistas estrangeiros. Pelo contrário, toda vez que fôr necessário, deveremos economizar recursos para a contratação dêsses técnicos. Agora, o ponto que quis salientar é que devemos cuidar também da formação dos nossos técnicos. Em segundo lugar, a colaboração de técnicos estrangeiros é uma coisa, mas a pesquisa conjunta, mediante convênio com governos estrangeiros, é diferente, porque o que aí ocorre, geralmente, é que o governo estrangeiro, dada a maior disponibilidade de técnicos que tem, acaba conhecendo melhor os nossos recursos do que nós mesmos.

Êsse o esclarecimento que desejava oferecer.

Sr. Paulo Pinto Ferreira — Sou técnico bancário e corretor de imóveis, mas também trabalho como corretor de minérios, sempre que possível. Lembro-me de que houve ocasiões em que a procura de minério de ferro, para venda a países estrangeiros, foi grande. Entretanto, com o quase monopólio que a Cia. Vale do Rio Doce tem dêsse minério, essas zonas de

movimentação diminuíram e houve frieza no movimento de exportação desse minério.

Quanto à verba para pesquisa que o Ministério de Minas e Energia possui, a opinião do Dr. Façanha é muito expressiva, porquanto estamos sujeitos a chegar a uma ocasião em que esta verba pode transformar-se em outro Serviço Social Rural.

Terminando, vou apresentar uma sugestão: penso que já é tempo de pensarmos na criação de um Banco de Minas e Energia, pois a verba já existente poderá fazer parte desse Banco.

Sei, por exemplo, que uma companhia, com um capital de três milhões de cruzeiros e grande movimentação de idéias, tem uma jazida de mangans e nada pode fazer. No entanto, a jazida constitui uma riqueza, e uma garantia de que o Banco já pode colaborar com a Superintendência do Conselho Nacional de Minérios, que atualmente está quase se desprestigiando, porque o Ministério de Minas e Energia está deixando-o ir por água abaixo. Aí vemos o campo onde o Departamento poderá fixar-se. Creio que seria a criação do Banco de Minas e Energia.

Dr. Paulo Abib Andery — Eu perguntaria em primeiro lugar ao conferencista se essa verba de pesquisa se destina essencialmente à pesquisa de novas ocorrências ou à pesquisa de ocorrências conhecidas. Únicamente para apressar a movimentação dos debates, eu lembraria que numa destas Semanas de Estudos, há cerca de cinco ou seis anos, discutiu-se exatamente a questão da pesquisa, do descobrimento de novas jazidas, especialmente dos metais básicos não ferrosos. E como foi mostrado naquela ocasião, existiam conhecidas cerca de 600 a 800 ocorrências de metais básicos não ferrosos, entre as quais se inclui as de Pedra Verde, a que o conferencista se referiu. A maior parte dos trabalhos durante êsses trinta anos resumiu-se ordinariamente numa peregrinação constante de técnicos para estudos bastante ligeiros ou insuficientemente profundos dessas ocorrências, sem que de todo êsse acúmulo de serviço tivesse ficado comprovado nenhuma dessas ocorrências conhecidas, o acréscimo de reservas de não ferrosos no Brasil. Nesses últimos anos tais acréscimos decorreram exatamente da descoberta fortuita de outras ocorrências. Houve a ocorrência de Boquira de Chumbo e de Vazante, de zinco, e infelizmente nenhuma outra ocorrência de cobre.

Dr. João Baptista de Almeida Prado — Há uma ocorrência nova que está sendo minerada no Rio Grande do Sul, próxima da área de Camaquã, que não era conhecida, e que felizmente, no dia 22 do mês passado, transformou-se em mina, já com a produção de 150 toneladas por dia.

Dr. Paulo Abib Andery — Trata-se do filão Uruguai, da mesma mina Camaquã. É desenvolvimento de mina, não ocorrência.

Dr. João Baptista de Almeida Prado — O senhor está-se referindo a reservas.

Dr. Paulo Abib Andery — Estou-me referindo a novas ocorrências.

Então, a meu ver, o que obsta, o que dificulta a descoberta de novas ocorrências no momento é, como frisou o conferencista, a má organização administrativa do Departamento, em primeiro lugar, e inclui todos os fatores que já foram enumerados, de baixos salários de técnicos, de legislação, de contabilidade pública ineficiente, da má organização, enfim êsses fatores que todos nós conhecemos no serviço público, especialmente nos serviços técnicos. Mas um outro ponto que não sei se o o Plano Trienal tem capacidade de resolver, e que não foi levantado aqui, é o da estrutura atual do Código e da Legislação de Minas. Se há monopolização por grupos nacionais e estrangeiros como mencionou o conferencista, no terreno de reservas não exploradas, isso se faz facilmente não através do pedido de lavras, pedidos que o Departamento estudaria com mais cuidado para não permitir

êsse acúmulo, mas através da compra das terras ou, muitas vezes, do compromisso de compra e venda, para usar o direito de preferência que a Constituição, em má hora, outorgou aos proprietários de terras. De modo que, no que se refere à mineração, creio que a primeira reforma constitucional que deveríamos pleitear era a da abolição dêsse item do artigo 17.

Em segundo lugar, eu gostaria de lembrar que não podemos pretender, nesse particular, como em nenhum outro, autosuficiência. Devemos fazer todo o possível para descobrir tôdas as matérias primas minerais que posamos ter. Não devemos, entretanto, creio, dispersar recursos que nos são preciosos, recursos técnicos, financeiros, que não temos em programas que talvez não contribuam para o aumento dessas reservas. E creio que deveríamos especialmente estimular, como se faz no resto do mundo, a descoberta, por prospectores, por empreendedores particulares, de novas ocorrências; reservar o máximo possível de recursos para auxiliar a pesquisa de ocorrências que pareçam prometedoras não a prospecção e, especialmente, desenvolver aquelas reservas de minérios que possam nos servir para um intercâmbio de suprimento dêsses metais, até que descubramos, se descobrirmos, as reservas dos metais que nos fazem falta.

Quero também tornar mais claro que o conceito tão difundido de que não devemos, de maneira nenhuma, exportar matéria prima o campo mineral, me parece injusto hoje. Talvez seja um resquício de tempos antigos, mas hoje me parece injusto, uma vez que as maiores potências do mundo atualmente são exportadoras de metais preciosos, inclusive de matérias primas minerais, e as que não o são mais, é porque esgotaram as suas reservas de exportação, como no caso do petróleo dos Estados Unidos, etc. Carvão, por exemplo, os Estados Unidos e os países do Ocidente europeu não exportam, não porque não têm, mas porque não encontram mercado.

Creio que não se deve difundir, *a priori*, a idéia de que a exportação de matérias primas em si é prejudicial ao País.

O Sr. Orientador — Acho que podemos avançar um pouco, e passar para a segunda parte dos nossos trabalhos, qual seja, a mineração dos principais metais não ferrosos. Conforme deixou bem claro o conferencista, o govêrno deixa aos particulares essa iniciativa do desenvolvimento das indústrias dos não ferrosos, e nesse campo poderíamos ouvir alguns dos homens presentes, mais ligados a essa indústria, se têm alguma observação ou sugestão a fazer que poderá trazer algum interesse para os nossos debates. Dr. João Baptista de Almeida Prado, o senhor não poderia nos dizer alguma coisa?

Dr. João Baptista de Almeida Prado — Desejo trazer ao conhecimento dos senhores que o Plano Trienal tem a sua dinâmica; não é tão estático como parece ao se compulsar êsse opúsculo publicado. Em seguida à publicação do Plano Trienal, a empresa que tenho a incumbência de administrar na parte da produção de cobre foi convocada pelo Ministro das Minas, que, reunindo uma comissão de técnicos, indagou da empresa quais os seus programas e em que o Plano Trienal poderia suprir eventuais deficiências da empresa para abreviar a pesquisa do cobre. Não foi de ordem platônica essa interpelação. Teve o seu sentido prático, porque podemos citar o caso específico da jazida de Caraíba, que é uma jazida interessante. Falar sobre ela tomaria muito tempo. Pudemos acertar com o representante do Plano Trienal no caso, que é o Ministro das Minas, uma política a seguir para resolver seu principal problema, o qual transcendia ao limite da iniciativa particular, que é o problema do abastecimento d'água, para o tratamento do minério.

A jazida está a quase 100 quilômetros do Rio São Francisco, e nenhuma iniciativa particular poderia trazer essa água do S. Francisco, numa zona árida onde água é vida e onde um aqueduto bem moderno pudesse estar a salvo da sangria que os habitantes da região a ser atravessada iriam fazer,

e no meu entendimento revolucionário iriam fazer com toda a razão, porque não havendo água naquele sertão, aqueles que fossem buscar água no cano estariam buscando a própria vida. Estaríamos, então, a braços com um problema de natureza regional, de caráter social. Fizemos um programa, que até 30 de maio terá a sua solução. Teremos um projeto, com base em levantamentos aerofotogramétricos, em parte com a colaboração do governo federal pelo Plano Trienal, enquanto nós, como empresa, na parte de nossa alçada, estamos terminando com a empresa T. Janer um programa de sondagem para águas artesianas, o que esclarecerá, em definitivo, esta possibilidade, que já sabemos ser negativa mas não poderíamos arquivar o assunto sem ter uma solução.

Aproveito o ensejo — e para isso ia mesmo pedir a palavra — para felicitar o conferencista pelo trabalho, em nosso entender de grande alcance, da inclusão da mineração no Plano Trienal; porque a mineração não tem tido a atenção do governo, vamos falar claramente, na sua grande acepção, a começar pelas escolas especializadas, que têm sofrido tanto, e a terminar pelo completo abandono do financiamento da mineração no Brasil, como disse o nosso amigo aparteante, quando em todos os países do mundo existe um banco mineiro. A inclusão, no Plano Trienal, de capítulos referentes à pesquisa em mineração, para nós, que há tantos anos lutamos com a mineração, é verdadeiramente um progresso. Como brasileiro, estou satisfeito de ver que no atropêlo — porque sabemos como têm de trabalhar atropeladamente aqueles que querem fazer algo — no atropêlo com que tiveram de organizar o Plano Trienal, foi incluída a mineração de maneira tão destacada e com todos os seus defeitos naturais. Foi um grande passo de progresso e quero felicitar o conferencista pela participação ativa, e no nosso entender esclarecida, que teve nesse assunto.

Dr. Miguel Carvalho Dias — Convocado pelo nosso Orientador dos Debates, cabe a mim relatar a situação da metalurgia do alumínio. O Dr. Juvenal Osório Gomes situou muito bem os números atuais e as perspectivas de crescimento da produção de alumínio.

Realmente, a produção atual é de 20 mil toneladas anuais, praticamente dividida em 50% entre a Cia. Brasileira de Alumínio, com suas instalações em Mairinque, e a Alumínio Minas Gerais, com suas instalações perto de Ouro Preto. O consumo atual — também concordamos em que se houver possibilidade de importação — deve situar-se em torno de 40 mil toneladas anuais.

Ora, com o alumínio ocorre uma circunstância feliz. Dentro de 75 dias daremos partida na ampliação de nossa fábrica, duplicando a produção da Cia. Brasileira de Alumínio, e ao mesmo tempo significando isso um aumento de 50% na produção brasileira. Dessa maneira estaríamos muito próximos do número atual de consumo brasileiro, porque também os nossos colegas da Alumínio Minas Gerais têm a intenção de elevar, no ano que vem, a sua produção para 15 mil toneladas. Dessa maneira teremos 35 mil já no próximo ano, para um consumo de aproximadamente 40 mil toneladas. Acredito que poucas metalurgias no Brasil estão tão próximas de atender às necessidades do país como a do alumínio.

O Dr. Juvenal Osório chama a atenção sobre a possibilidade de consumo, dentro de três anos, que ele julga poder atingir 60 mil toneladas. Também concordamos com esse número não só pelo crescimento vegetativo do mercado brasileiro, como pelo enorme dinamismo do metal alumínio, conquistando cada dia novos campos de aplicação, e também devido às dificuldades de abastecimento de outros metais, ocupando o alumínio o campo que normalmente, em outros países, é ocupado por outros metais.

Para ampliação da produção do alumínio no Brasil felizmente não nos falta nem o minério e nem a energia hidroelétrica, para atender as necessidades brasileiras e atingir talvez a exportação, se bem que — apesar das dificuldades de crescimento do país, apesar de todas as crises com que

temos lutado — verificamos que raramente programas industriais conseguem realmente atingir a saturação do mercado brasileiro. As demandas do mercado brasileiro, em quase todos os campos, caminham um pouco além dos programas industriais.

Como planos próximos temos organizado, pronto para executar, um programa de crescer mais 30 mil toneladas na produção da Cia. Brasileira de Alumínio, totalizando então 50 mil toneladas anuais. A Alumínio Minas Gerais tem a possibilidade, além das 15 mil toneladas, de por em trabalho as velhas células eletrolíticas construídas pelo grande brasileiro que foi Américo Gianetti, de maneira a atingir 17 mil toneladas anuais. No momento existe ainda um plano completamente organizado por um novo grupo que se interessa pelo mercado brasileiro. Trata-se da Alcoa, a maior e mais antiga companhia produtora de alumínio do mundo, que tem organizada para instalar em Poços de Caldas mais uma fábrica para 20 mil toneladas anuais.

De modo que, nestas condições, as 60 mil toneladas contempladas pelo Dr. Juvenal Osório estariam praticamente realizadas, não no prazo de três anos, mas de cinco. Para execução desse programa é essencial que o Plano Trienal seja bem sucedido. Sem o sucesso do Plano Trienal, sem a estabilização da moeda, sem uma normalidade da vida financeira e econômica do Brasil, certamente nem o alumínio e nem outros metais terão os seus programas levados adiante. Digo isto porque já tínhamos o nosso programa organizado, praticamente esboçado para o ano de 61. Quando houve a conferência de Punta del Este, em agosto de 61, nós acreditamos que aquele era o momento de se dar partida no nosso plano e nessa ocasião o projeto da nossa usina hidroelétrica já estava concluído. Entretanto, a conferência encerrou-se em 17 de agosto e sabem os senhores o que aconteceu uma semana depois. Daí em diante não foi possível a nossa companhia, como a maioria das companhias industriais brasileiras, programar qualquer coisa dentro de um campo que se tornou movediço.

Relatando apenas sumariamente do que constaria o nosso plano de ampliar para mais 30 mil toneladas, e voltando um pouquinho atrás, colocando em funcionamento a nossa usina hidroelétrica que deve entrar em trabalho dentro de 75 dias, a Companhia Brasileira de Alumínio terá uma potência instalada de 66.800 kw, com produtividade de 380 milhões de kwh por ano.

E' um pouquinho menos do que Barra Bonita, e para chegarmos às 30 mil toneladas teríamos que construir a terceira usina, cujo projeto está concluído. Seria uma usina bastante significativa, com 135 000 kw e uma produtividade de 660 000 000 kwh. Então, asseguramos uma produção anual um pouco maior de 1 100 000 000 de kwh o que é um número bastante significativo para uma companhia particular no Brasil. Dessa maneira, poderíamos atingir 50.000 toneladas anuais, com recursos hidroelétricos praticamente próprios. A quantidade de energia que faltaria para essa produção seria tão pequena, que seria conveniente para os sistemas hidroelétricos do Estado ou do Governo Federal o suprimento nos momentos de falta que pudessem surgir durante o ano para a Cia. Brasileira de Alumínio. E isso seria facilitado pelos reservatórios que a Companhia dispõe, permitindo receber suprimentos nas ocasiões mais favoráveis, em que houvesse sobra de energia, em que as águas estivessem passando do bebedouro das usinas e a Companhia pudesse ampliar suas reservas, para utilizá-las no momento em que não pudesse receber essa energia.

O orçamento dessa ampliação totaliza, aproximadamente 60.000.000 de dólares. E' uma importância realmente vultosa, e é impossível se pensar nisso sem uma determinada estabilidade financeira. Por isso, olhamos com extrema simpatia e com grande confiança o trabalho que tem se desenvolvido, principalmente pelo Ministro da Fazenda, no sentido de se conseguir o sucesso do Plano e também o sucesso do seu esforço de estabilizar a moeda.

Terminando minhas considerações, eu falaria sobre as reservas mine-

rais: Hoje em dia, as reservas minerais de bauxita conhecidas no Brasil encontram-se em Poços de Caldas. Essas reservas totalizam mais ou menos 50.000.000 de toneladas de minério, com bom teor metalúrgico. Acredito que Poços de Caldas dispõe de 50.000.000 de toneladas com um teor inferior a 5% de sílica, que é equivalente ao melhor minério do mundo.

Se quisermos utilizar números mais liberais em matéria de sílica e se pudéssemos utilizar aqui minérios equivalentes ao minério norte-americano, que vem sendo utilizado principalmente pela «Alcoa», podíamos multiplicar essas reservas de Poços de Caldas por três ou quatro vezes. Isso depende de um fator que até hoje não tem sido favorável, porque depende de combustível barato.

O **combination process**, adotado pela «Alcoa», que permite a utilização do minério com até 16% de sílica, exige um consumo de combustível cerca de 3 vezes maior do que o combustível utilizado na bauxita da Guiana, e sabemos perfeitamente que êsse não é o ponto forte nosso. Temos combustível caro, e quase sempre dependendo de moeda estrangeira.

Quanto à energia elétrica, isso nos parece um ponto tranqüilo, não só no Estado de S. Paulo, como no Estado de Minas e como na região Centro-Sul. Os Srs. vêem que uma Companhia como a nossa pode dispor de um potencial desses. Vemos a Central Elétrica de Furnas instalando em Poços de Caldas uma sub-estação com um abaixador de 345.000 para 132.000 volts, com a potência de 150.000 kw. Essa sub-estação estará pronta e montada acredito que em menos de 120 dias. Ela fornecerá energia para quem queira se instalar naquela região para produzir alumínio.

A CEMIG adota há mais de dois anos uma política extremamente agressiva, procurando obter lucros para quem se interessar na utilização dessa energia junto às minas. Foi realmente um trabalho pioneiro, extremamente corajoso e de uma audácia enorme.

Apesar de toda a energia da CEMIG, sem dúvida uma das Companhias mais bem administradas no Brasil, até agora não foi possível encontrar um grupo nacional ou estrangeiro que se decidisse a iniciar os trabalhos de construção de uma usina de energia em Poços de Caldas. A razão é aquela que aponteí, e para que essa razão deixe de ser um entrave ao desenvolvimento da indústria de alumínio e da indústria metalúrgica do País, é essencial, e para isso fazemos votos, que o Plano Trienal seja bem sucedido.

Dr. Ricardo Teixeira Mendes — E' sabido que o Brasil é um dos principais exportadores de tantalita e de columbita. Tem exportado de maneira crescente, principalmente para os Estados Unidos, de maneira que em 1959 se tornou o maior fornecedor de tântalo para aquêle país. Sua exportação foi da ordem de cerca 240 toneladas de concentrado, constituindo, assim, aproximadamente 30% da importação norte-americana. Está a um preço médio de 4 dólares o quilo. O nosso minério de colúmbio tem sido exportado a um preço médio de 2 dólares o quilo. No entanto, o preço desses metais é bem alto. O tântalo em pó, em 1959, estava cotado a um preço médio de 85 dólares o quilo, e o preço de um lingote de colúmbio, em chapa, era da ordem de 50 dólares o quilo.

Diante dessa alta densidade de valores desses metais de crescente consumo, seria coisa de pequeno porte, isto é, não seriam instalações de grande vulto, consultaria o conferencista se entrou nas cogitações do Plano Trienal a industrialização desses minérios.

Dr. Juvenal Osório Gomes — Na elaboração do Plano Trienal não houve possibilidade de se examinar a capacidade de industrialização de todos os nossos produtos do subsolo. O Sr. nos traz agora essa contribuição, sugerindo que seria talvez melhor que o País industrializasse o minério aqui e exportasse o metal, em vez de exportar o minério em bruto, como vem ocorrendo presentemente.

Francamente, não tenho conhecimento da metalurgia desses dois metais. De modo que não estou em condições de chegar a uma conclusão a respeito da proposta feita. Pediria a ajuda, para esclarecer o assunto, dos outros mineiros e metalurgistas que estão presentes, que talvez tenham melhor conhecimento da metalurgia do colúmbio e do tântalo.

Dr. Ricardo Teixeira Mendes — Gostaria de dar um esclarecimento. Na opinião do Dr. Tarcisio Damy de Souza Santos, a produção de colúmbio é perfeitamente exequível dentro dos recursos e mesmo ante uma etapa de produção de metal bruto, e não de semi-acabado, o equipamento poderia ser, se não totalmente, pelo menos em parte fabricada no país.

O Sr. Orientador — Passemos à terceira parte do programa, qual seja, a discussão sobre o desenvolvimento da Siderurgia no Brasil, dentro do Plano Trienal.

Fazendo um retrospecto, o Dr. Juvenal Osório mostrou que o Plano Trienal previa a expansão do sistema já existente no país, por questão de economia de investimento e que essa expansão era baseada nas usinas existentes, como Volta Redonda, e nas novas usinas, como a Usiminas, Cosipa e outras menores e médias existentes no país. Fêz menção especial a diversas usinas em projeto, que estão espalhadas pelo Brasil, e como vários Estados fazem questão, é quase um ponto de honra, de ter sua siderurgia. Nisto não entrou em maiores detalhes. Suponho eu que esta parte poderia ser, digamos, quase objeto de expansão, para garantia da produção para o ano de 70, acompanhada, naturalmente, da produção das demais usinas.

Naturalmente, estes projetos siderúrgicos, com raras exceções, como a Usiminas, demandam muito tempo para amadurecimento. É o caso da Cosipa, em São Paulo, que só a constituição demorou perto de oito anos. A Usiminas foi mais feliz. Entretanto, é necessário amadurecimento das idéias e dos projetos que são propostos para execução. Naturalmente, o Plano Trienal, pelo que entendi, não elimina esta possibilidade de estudo, como também não fala em estimular. Mas acredito que existirão e poderão desenvolver-se normalmente no país, e terão cobertura para crescimento futuro.

Quem sabe se o Dr. Juvenal Osório poderia falar alguma coisa a respeito do financiamento para expansão da usina siderúrgica, que é muito sério, apesar de muitas usinas procurarem fazer o investimento parcial de seus vencimentos. Mas devido a este período inflacionário que estamos vivendo, tem sido muito difícil.

Dr. Juvenal Osorio Gomes — Os recursos para a expansão do parque siderúrgico, na medida das necessidades do consumo nacional de aço, são extremamente vultosas e estes recursos têm que ser descobertos de qualquer maneira, porque é imprescindível, para continuação do nosso desenvolvimento industrial, que a indústria siderúrgica se expanda. Certamente estes recursos procederão de várias fontes. Muitas usinas têm rentabilidade suficiente para custear quase inteiramente com recursos próprios, com os reinvestimentos dos lucros, os seus programas de expansão. Outras usinas têm suas ações bem cotadas na Bolsa e poderão, eventualmente, mobilizar novos recursos, através da emissão de novas ações. Isso principalmente quanto às empresas particulares e quanto às empresas em operação, que já estão auferindo lucros.

Nos grandes projetos siderúrgicos, temos que considerar o caso especial de Volta Redonda. É usina do governo que já está operando há muito tempo e tem possibilidade de auferir lucros vultosos e, através desses lucros, financiar seu programa de expansão. Volta Redonda também, como as empresas particulares, tem possibilidade de recorrer ao mercado de capitais, emitindo, lançando novas ações, desta maneira mobilizando os recursos de que vai necessitar para expandir-se.

Quanto às usinas novas, estas é que enfrentam o problema sério. O

mercado de capitais, evidentemente que está fechado para estas usinas, para estas emprêsas, uma vez que qualquer projeto siderúrgico dificilmente poderá distribuir dividendos em menos de cinco ou dez anos depois do início da construção. Então, as ações de usinas novas não são bem aceitas pelo povo. E' até temerário forçar a venda de ações de usinas que estão em início, porque vai ocorrer que a ação vai desmoralizar-se no decorrer de poucos anos, porque os acionistas que as adquirirem vão sentir-se fraudados, devido à falta de dividendos. Para essas usinas novas é que o govêrno tem que prover os recursos necessários ao investimento, para gastos em moeda nacional e, ao mesmo tempo, avalizar empréstimos necessários ao financiamento da importação de equipamento do exterior.

Essa é a razão pela qual a quase totalidade das usinas de grande porte que se constróem no país, é construída e operada por emprêsas estatais. Além disso, o govêrno, através do Banco de Desenvolvimento Econômico, no passado, prestou assistência financeira às emprêsas privadas, que faziam a expansão de suas usinas siderúrgicas, assistência essa que poderá ou não continuar a prestar no futuro, dependendo da folga de recursos de que o Banco de Desenvolvimento Econômico disponha.

São êsses os esclarecimentos. Se houver mais alguma dúvida, estarei pronto a esclarecê-la.

O Sr. Orientador — Aliás, bastante oportunos, mesmo levando-se em conta um fato que, às vêzes, nos passa despercebido, mas que o próprio conferencista, quando do Congresso realizado no Rio de Janeiro, no ano passado, citou. Esta dificuldade poderá surgir quando do término da arrecadação para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no ano de 66. Podemos admitir que seja renovada a chamada «Lei Neutra», mas, se não o fôr, o problema financeiro vai constituir um óbice ao desenvolvimento da indústria.

Mas como isso já cai fora do Plano Trienal, podemos deixar êste problema para o futuro.

Sr. Tibor Kesstler — Com a permissão do ilustre conferencista, trazemos um problema que parece interessar a todos que lidam com siderurgia. A indústria de máquinas no Estado de São Paulo, aliás, no Brasil, hoje já representa um vulto razoável, — sem fazer propaganda evidentemente —, mas luta presentemente com um problema muito sério para poder atender melhor às necessidades, cada vez mais crescentes, principalmente na indústria siderúrgica e correlata, na parte de mineração, a de manuseio e transportes.

Estudos muito ligeros que se fizeram a respeito recentemente indicaram que, dentro do programa de ampliação de novas usinas siderúrgicas, cêrca de 40 a 45% dos equipamentos em valor poderiam ser fabricados no Brasil perfeitamente, onde a Associação de Indústrias de Base já pôde auxiliar sensivelmente, mas falta um dos pontos principais, e é justamente onde o conferencista pode nos auxiliar imensamente, e que é objeto, aliás, do Plano Trienal: e aqui me refiro ao financiamento da produção de bens duráveis isto é, de bens de produção.

O problema presentemente é muito simples: com a retração bancária, e com a crise assim denominada hoje, é impossível qualquer financiamento, qualquer tendência de atendimento normal por uma indústria, a maior que seja no Brasil. Portanto, considerando que de acôrdo com os números recebidos ontem na conferência do ilustre Gal. Oswaldo Pinto da Veiga, relativos à mineração de carvão, o volume necessário em dinheiro para atender, digamos, a essa complementação da indústria siderúrgica, e mais às novas expansões que se têm que fazer, 40 ou 45% de centenas de milhões de dólares representam economia fabulosa de divisas de que a indústria nacional no momento não pode partipicar, pela simples razão de que não há meios que lhe permitam oferecer condições mesmo semelhantes às da

indústria estrangeira. Presentemente, quaisquer firma com mais de 100 mil dólares, sejam alemãs ou americanas, os lucros equivalentes, podem obter um seguro de crédito, e oferecer no mínimo cinco anos de prazo, com carências razoáveis. Infelizmente, o mesmo já não podemos fazer, falando pelo Sindicato de Indústria de Máquinas, mesmo para cinco meses, porque não há aqui bancos particulares ou mesmo o Banco do Brasil, com as restrições existentes hoje, que nos permitam descontar títulos nessas condições.

Trazemos êsses pontos simplesmente ao conhecimento do ilustre conferencista e aos presentes aqui na Casa porque temos a impressão de que, com o desenvolvimento do Plano Trienal e da previsão do financiamento da indústria de bases, não somente poderá ser evitado uma volumosa, imensa evasão de divisas, como também incentivada a produção de valiosos equipamentos para o presente e expansão da sua fabricação para o futuro: Para isso nada mais é necessário do que fazer o que o Banco do Brasil, há cerca de um ano, através de um despacho feito, declarou, de se fazer um investimento — se não me falha a memória o termo era «inflationário» —. E, portanto, um recurso, um estudo feito e apresentado pelo Sindicato da Indústria de Máquinas, e apresentado através do Exmo. Sr. Ministro de Indústria e Comércio, há cerca de um ano, para financiamento de certos tipos de equipamentos, não foi possível ser pôsto em funcionamento um mecanismo simples, através do banco oficial, apenas porque, na ocasião, quando não havia essas restrições, era o financiamento dêsse gênero, a 36, a 60 meses de prazo, considerado altamente inflacionário.

De modo que trazemos aqui um problema singelo, que seja à primeira vista mais complexo, e, ao mesmo tempo, — os senhores da Mesa me permitem dizer — essencial ao desenvolvimento, seja da siderurgia, seja da mineração em geral e, principalmente, a indústria de máquinas que tudo faz para que possa servir em interesse próprio, evidentemente, e, ao mesmo tempo à nação, está em franco desenvolvimento.

O Sr. Presidente — Meus senhores, eu gostaria, antes de terminar de fazer um balanço do que discutimos hoje aqui e sobre o lucro que tivemos com êsses debates que foram muito interessantes e proveitosos, e, finalmente, aproveitar também para trazer meu depoimento sobre o que pretende ser o desenvolvimento da USIMINAS dentro do quadro do Plano Trienal.

Os primeiros debates foram um tanto calorosos, e, no meu entender, nos serviram de lição em alguns pontos. Nós todos sabemos que a organização administrativa brasileira ainda está baseada em idéias de uma organização que vem do século passado. É um ônus que têm tido as administrações públicas do Brasil: a organização administrativa ainda bastante inadequada da nossa máquina governamental. Essa fraqueza dessa organização administrativa nós todos sabemos existir no Departamento da Produção Mineral há muitos anos, desde quando disse o Dr. Miguel Dias, em que um grande técnico americano, que chefiava aquêle departamento, criador do departamento, Eng.º Arville Derby, suicidou-se na sua mesa de trabalho, porque não podia vencer as dificuldades que nada mais eram do que uma organização administrativa inadequada. Parece que êste é um problema que continua a existir, e a mudança do departamento para o Ministério de Minas e Energia trouxe um novo problema o do enquadramento dêsse órgão no Ministério, de modo a poder servir mais eficientemente. A verdade é que os quadros do Departamento da Produção Mineral há muitos anos vêm sendo corroídos pela concorrência da industrialização nacional, isto é, os poucos engenheiros que restam não formam um quadro suficiente para a magnitude do trabalho que êles têm pela frente. Em qualquer país do mundo, país em desenvolvimento, são muitas centenas de geólogos e engenheiros de minas que trabalham nessa finalidade de levantar os recursos minerais do país.

Os nossos quadros, não sei bem, mas parece que contam com algumas dezenas de técnicos, talvez nem isso. De modo que é um processo laborioso

o de criar, no Ministério de Minas e Energia, um Departamento da Produção Mineral realmente eficiente. Neste sentido creio que uma atitude que poderia ser construtiva e útil seria esta, da contratação de serviços. Nós sabemos que empresas, nacionais ou estrangeiras, existem no Brasil capazes de realizar muitos dos serviços de pesquisas que o Departamento da Produção Mineral faz. De modo que esses contratos seriam úteis no sentido de atendermos, imediatamente, às disponibilidades de verbas, que não sei se são grandes, pequenas, exageradas ou curtas, como os apartes opinaram. Mais rapidamente uma estrutura administrativa simples poderia mostrar grande eficiência e resultados, se abrisse caminho — através da contratação de serviços com empresas nacionais ou estrangeiras, — para a realização de muitas dessas pesquisas. Enquanto o Ministério de Minas não tiver organização, é essa uma solução das melhores.

Na Usiminas baseamos o nosso sistema de construir a usina nessa premissa: nós não podíamos organizar uma empresa de construção para montar a usina. Tínhamos que contratar o serviço com empresas organizadas. Existem no Brasil grandes empresas de construção e delas nos valemos para alcançar o nosso objetivo, que era o de construir a usina em prazo determinado. O resultado foi que cumprimos o programa estabelecido, e só pudemos cumpri-lo porque lançamos mão de organizações já experimentadas, que puderam resolver os problemas para os quais levaríamos anos a nos habilitar.

Esta parece uma conclusão que se pode tirar dos primeiros debates quanto à pesquisa. Quanto às dificuldades da nossa organização administrativa, organização inadequada, é sem dúvida um dos aspectos em que o atual governo está interessado grandemente — reforma administrativa de modo a atualizar os seus métodos de administração. Antes que isso possa acontecer, e se trabalhar com eficiência, creio que esse é o caminho indicado.

Procuraremos fazer ainda um resumo do que ouvimos sobre os problemas dos não ferrosos. Tirando conclusões de ordem mais geral, no plano em que o conferencista situou a responsabilidade da iniciativa privada, o Dr. Miguel Dias disse, muito bem, que o problema que enfrenta a iniciativa privada hoje é o da instabilidade financeira do país, problema básico para que ela possa fazer qualquer plano e partir para investimento em base sólida e não movediça como temos hoje. Este não é apenas problema das empresas privadas, é também um grande problema de empresas em que o Estado tem maioria, como é o caso da Usiminas. Nós hoje estamos na Usiminas em condições de dificuldade para fazer qualquer previsão orçamentária, porque o tempo que leva a feitura de um orçamento já o torna desatualizado. Isto não é força de expressão, mas um fato que ainda agora nos preocupa. Temos de iniciar, brevemente, negociações com os nossos acionistas japoneses a fim de terminarmos obras programadas para fins de 64, mas o nosso orçamento nunca está pronto porque o tempo que demoram as negociações torna o orçamento desatualizado. Fizemos um com base em dados de outubro e temos de atualizá-lo no momento das negociações, naturalmente com as distorções que qualquer atualização rápida traz. É difícil a feitura de um orçamento, quanto mais assumir compromissos que uma organização privada tem que levar em conta com muito mais precisão do que uma empresa estatal, que está cumprindo um objetivo nacional que precisa ser realizado de qualquer maneira.

Quanto à parte propriamente do desenvolvimento da siderurgia, para a qual o Plano Trienal prevê 5 milhões de toneladas para 65 — isto é, um aumento de 2 milhões sobre a produção de 62 — creio que, como todos sabem, usinas como a Usiminas e a Cosipa em início de produção, e Volta Redonda já com um plano de expansão para 1,5 milhão de toneladas — plano que deverá estar terminado em 65 — creio que esse desenvolvimento, como prevê o Plano Trienal, é suficiente para baixar o deficit de 2 milhões de toneladas, somando-se a um aumento razoável das empresas particulares.

A Usiminas, neste assunto, tem um problema particular. Nós projetamos a empresa para uma produção inicial de 500 mil toneladas de lingotes — ou um pouco mais, talvez 600 mil — e assim ela está sendo considerada no Plano Trienal. Mas após a Instrução 204, que elevou o câmbio de custo praticamente ao câmbio livre, os compromissos da Usiminas cresceram de tal maneira que essa produção de 500 mil toneladas não satisfaz ao programa da empresa. De modo que um problema temos pela frente: é aumentar a produção para que a empresa possa equilibrar-se razoavelmente. Sobre este assunto teremos que tomar uma decisão ainda este ano — decisão que será tomada, provavelmente, porque pelo que sei todos estão de acordo em tomá-la — desde que os recursos previstos sejam suficientes: dobrar a produção da Usiminas para 1 milhão de toneladas, programa a ser realizado em 65. Desta maneira poderíamos equilibrar economicamente a empresa.

Esse aumento de produção, de 500 para 1 milhão de toneladas, traz problemas financeiros e de mercado. O problema financeiro é relativamente pequeno, tendo-se em conta o investimento total da empresa. Com um aumento de 20% nesse investimento, nós dobramos a produção. Esse é o quadro, mas isso significa um dispêndio de 50 milhões de dólares. Poderemos ter financiamento desses 50 milhões de dólares no estrangeiro. Desses, cerca de 30 milhões representam equipamento, 10 milhões representam despesas de montagem e os outros 10 milhões representam despesas de construção civil. Poderíamos ter, se quiséssemos, financiamento no estrangeiro para a totalidade do investimento. Mas mesmo que não tivéssemos financiamento para a totalidade, o investimento que precisamos na realidade é pequeno, desde que possamos trazer do estrangeiro esse equipamento que poderá ser financiado até em 15 anos.

Este é o problema que o representante da indústria de máquinas levantou. Criamos uma indústria para produzir bens duráveis no país, mas não podemos equilibrar plenamente essa indústria que criamos se quisermos desenvolver rapidamente certas indústrias pesadas como a siderúrgica. Se fôssemos usar, mesmo com 60 meses de prazo de financiamento, equipamento feito no Brasil — supondo apenas, porque sabemos que não pode ser feito no Brasil — as condições econômicas da empresa seriam agravadas e não melhoradas com esse aumento de produção.

O segundo problema que traz principalmente ao mercado previsto de 5.000.000 de toneladas, já o é com certo otimismo. Nesse ponto, o Plano Trienal tem razão ao prever com certo otimismo o mercado brasileiro: 5.000.000 em 1962, e 9.000.000 em 1970 (ou mesmo dez milhões).

Devemos colocar o mais longe possível o nosso objetivo, a fim de nos aproximarmos dele quanto mais pudermos. Mas vai haver inevitavelmente, no início da produção dessas usinas, USIMINAS e COSIPA e com a ampliação de Volta Redonda, um certo excesso, sobretudo nos produtos em que essas empresas se dedicam particularmente, que são os produtos planos, chapas. Essas empresas se dedicam principalmente a essa linha.

O Plano Trienal verifica também uma certa deficiência na produção de barras, de perfis, enquanto que haverá uma curvatura para o excesso de fabricação de produtos planos. De modo que temos que pensar imediatamente no mercado interno. Temos que abrir a possibilidade de exportação, para equilibrar as vendas das empresas durante um período de excesso da produção. Não creio que isso seja problema no sentido de não haver mercado. Haverá. Mas há dificuldades também internas. Posso citar. Não só temos que rever os nossos custos de produção, desde as matérias primas até os financiamentos, para enquadrá-las nessa possibilidade de exportar com lucro, mas também certas dificuldades que temos de se produzir, de colocar nos vagões os produtos das empresas. Cito como exemplo, um fato: a USIMINAS está terminando a exportação de 50 mil toneladas de ferro gusa, que ela contratou para pagar a importação de carvão mineral dos Estados Unidos. Esse ferro gusa foi vendido a 42 dólares, preço FOB Vitória, e nós

gastamos de transporte, da usina a Vitória, de colocação no navio, ao câmbio da época, cêrca de 16 dólares. Quer dizer, 40% do preço pôsto navio foi devido, em parte, ao transporte ferroviário, que não foi muito elevada, mas, em grande parte, às despesas portuárias, cêrca de 13 a 14 dólares, 12 dólares pelo menos, de despesas portuárias. Portanto, 30% do preço do ferro gusa pôsto navio são despesas perdidas.

O Brasil — se quiser vender aço, se quiser ser um grande exportador de aço, e êle pode sê-lo, temos condições para isso, para vender aço mais barato nos grandes países industriais, França, Alemanha, Estados Unidos, podemos vender lá a preço mais barato que o dêles — precisa compor seus preços. Êste é um problema que o Govêrno precisa enfrentar, e, segundo estou informado, pensa sèriamente nesse problema. Primordialmente, um país que não tem capacidade para colocar seus produtos nas condições de concorrência que os outros têm, concorrendo no mercado internacional em igualdade de condições com outros, é um país que não se pode dizer independente.

Estas são as considerações que queria fazer, ao terminar êsse debate que foi sob todos os títulos proveitoso com as luzes do Dr. Juvenal Osório Gomes, que agora está elevado a um dos colaboradores do Banco do Brasil e que durante muitos anos, no B.N.D.E., nos assistiu, desde o início da formação da USIMINAS e da COSIPA, nos problemas siderúrgicos brasileiros, de modo que tem conhecimento profundo do assunto, e agora, nessa posição de relêvo em que está, poderá influir grandemente nas decisões que o Govêrno deve tomar para tornar realidade o Plano Trienal que, segundo penso, em suas linhas gerais como é conhecido, corresponde às necessidades reais do País.

Agradeço ao Dr. Juvenal Osório Gomes pela colaboração que prestou ao Centro e pelas luzes que trouxe a esta reunião, e ao Prof. Henrique Anawate pelos debates com os quais procurou esclarecer todos os aspectos dêsse problema vital para o Brasil, que é o da mineração e da metalurgia.

— Levanta-se a Sessão.

